

PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL NO AMAZONAS

Processo n. 1413-95.2014.4.01.3200
Classe 7100 Ação Civil Pública
Requerente Ministério Público Federal.
Requerida União Federal

DECISÃO

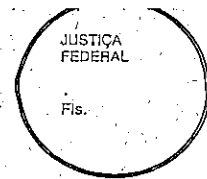
Trata-se de ação civil pública, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra a UNIÃO FEDERAL por meio da qual objetiva condenar a Requerente a que, nos certames futuros, destinados ao preenchimento dos cargos do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército, faça constar dos respectivos editais a admissão de tecnólogos.

Narra o Requerente que a presente ação foi embasada no Inquérito Civil n. 1.13.000.0001523/2013-92 cujo objeto era apurar possíveis irregularidades no edital do Concurso de Admissão 2013 para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército.

Alega que o procedimento foi instaurado após representação na qual foi narrado que o edital do concurso promovido pelo Exército exigia, como requisito para a investidura no cargo de Oficial, nível superior completo em qualquer área de graduação, mas restringia a possibilidade de ingresso apenas para graduados em licenciatura e bacharelado, nada dispondo sobre tecnólogos.

Sustenta que o representante solicitou a apuração dos fatos, entendendo que havia quebra da isonomia, eis que não estava sendo permitido aos tecnólogos a igualdade de condições para concorrência no certame.

Assevera que os fatos explanados pelo representante e verificados mediante análise do edital, culminaram na expedição da Recomendação Legal n. 009/2013/3ª OFCIVEL/PR/AM, sendo ponderado ao Exército que deveria ser oportunizado a todos os candidatos que preenchessem os requisitos legais a participação no certame, inclusive os que possuísem curso de tecnólogo, a fim de que futuras discriminações fossem evitadas. Acrescenta que, em resposta, o Exército informou alegou agir em sintonia com os ditames legais.



Acompanharam a inicial os documentos de fls. 96.

A análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi postergada para depois da manifestação da Requerida (fl. 98).

Manifestação da União às fls. 104/109.

É o relatório. DECIDO.

A antecipação citada consiste em medida excepcional, não em regra, e, para seu deferimento, constituem condições indispensáveis a existência de prova inequívoca dos fatos alegados, para o convencimento do Juízo acerca do direito (verossimilhança das alegações) mais o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, que esteja caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, devendo-se observar, contudo, a restrição prevista no § 2º, do art. 273 do Código de Processo Civil, no que concerne ao perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

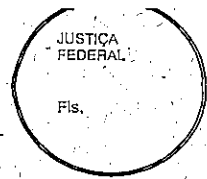
Após análise perfunctória dos elementos acostados aos autos, entendo presentes os requisitos, pelos motivos a seguir expendidos.

No caso em tela, pretende o Requerente que o Exército passe a constar nos editais dos certames vindouros destinados ao preenchimento dos cargos de Quadro Complementar de Oficiais (QCO) a admissão de tecnólogos.

Inicialmente, cumpre informar que não cabe ao Judiciário apreciar questões atinentes à conveniência e oportunidade dos atos administrativos. Assim, não se pretende analisar a discricionariedade conferida à Administração, mas eventual violação do princípio da isonomia alegada pelo Requerente.

É cediço que a forma de atuação do particular difere da Administração Pública. Enquanto ao primeiro é permitido fazer tudo o que a lei não proíbe, à segunda só permitido agir se houver lei autorizadora.

Nos termos do art. 37 da Constituição, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (inciso I). Demais disso, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (inciso II).



Especificamente quanto às Forças Armadas, a Carta Magna dispõe, no art. 142, X que lei disporá sobre o ingresso, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades; inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

No tocante ao ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército, a lei disciplinadora é a n. 12.705/12 da qual cumpre trazer à baila o art. 3º, II:

Art. 3º São requisitos específicos para o candidato ao ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, nas formas definidas na legislação e regulamentação vigentes e nos editais dos concursos públicos:

[...]

II - nível de escolaridade de ensino médio, completo ou incompleto, ou de ensino superior completo para o ingresso nos cursos de formação de oficiais; e (grifos meus)

Acrescente-se, ainda que a Lei n. 7.831/89 que cria o Quadro Complementar de Oficiais do exército (QCO) prevê entre outros requisitos para ingresso no quadro ter o candidato escolaridade superior compatível com a atividade a ser desempenhada (art. 4º, II).

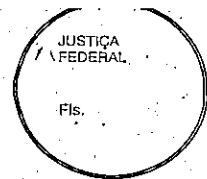
Por fim, o decreto n. 38.314/89 que aprova o Regulamento para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército prevê em seu art. 1, §1º

Art. 1º O Quadro Complementar de Oficiais (QCO), de que trata o presente Regulamento destina-se a suprir as necessidades do Exército em pessoal de nível superior para a ocupação de cargos e funções de natureza complementar.

§ 1º São considerados de natureza complementar os cargos e funções cujas atividades não estão relacionadas diretamente com as operações militares e exijam, para o seu desempenho, pessoal com formação superior específica, não existente nos atuais Quadros, Armas e Serviços.

Nos termos da nossa Lei Maior somente a lei pode criar restrições quanto ao acesso ao serviço público. Aliás, as restrições são exceções, estritamente necessárias para o cargo, uma vez que a regra é o livre acesso em homenagem ao princípio da isonomia.

Assim, da análise dos dispositivos legais acima expostos conclui-se não haver qualquer restrição quanto ao ingresso de tecnólogos nos quadros do Exército.



Ao contrário, toda a legislação pertinente exige apenas formação de nível superior. Quando se fala em "escolaridade superior compatível com a atividade a ser desempenhada" (lei 7.8331/89) e "pessoal formação superior específica," (Decreto n. 38.314/89) não há intenção de criar um requisito capaz de restringir o acesso de uma parcela da população ao concurso, mas garantir que o profissional selecionado possui a formação superior correspondente ao cargo ofertado, independente de ser licenciatura, bacharelado ou formação superior tecnológica.

Esclareça-se, ainda, que os cursos de tecnologia são regulamentados pelo MEC e reconhecidos como curso superior, a propósito veja-se o disposto no art. 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

[...]

§2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

[...]

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

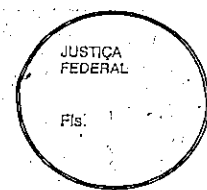
Transcrevo, ainda, os artigos 2º e 4º da Resolução n. 03/2002 do Conselho Nacional de Educação:

Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:

Art. 4º Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação com características especiais e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção do diploma de tecnólogo.

Assim, constatando-se que a formação de tecnólogo é reconhecida como superior, bem como que o legislador não fez qualquer restrição, não cabe ao edital do concurso fazê-la. No momento em que se disponibilizam vagas apenas para portadores de diplomas de bacharelado e licenciatura mesmo existindo cursos tecnológicos correspondentes viola-se o princípio da isonomia e reduz o acesso ao cargo público frustrando a expectativa de inúmeros candidatos.

Presente, portanto o *fumus boni juris*.



O *periculum in mora*, por sua vez, resta evidenciado ante a possibilidade de realização de novos concursos que restringem o acesso dos interessados.

Pelo exposto, **DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** para determinar que a União, em certames futuros, destinados ao preenchimento dos cargos do Quadro Complementar de Oficiais do Exército, faça constar nos respectivos editais a admissão de tecnólogos na medida em que haja correspondência dos cargos disponíveis com áreas profissionais de tecnologia.

Fixo multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento.

Dê ciência à Requerida para cumprimento imediato desta decisão

Dê-se vista às partes para indicarem as provas que pretendem produzir, justificadamente.

Intimem-se.

Manaus, 01 de abril de 2014.

MARIA LÚCIA GOMES DE SOUZA
Juíza Federal Titular da 3ª Vara/AM